

A PERCEPÇÃO DOCENTE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE CELULARES EM SALA DE AULA: UM OLHAR REFLEXIVO

DOI: 10.5281/zenodo.15240273

Maria Eliane Vieira Dantas

Doutorado em Ciências da Educação na World University Ecumenical. E-mail: mariaelianevieiradantas@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/6431330462001641>;

RESUMO: Este artigo examina as percepções de professores dos anos finais do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre a proibição do uso de celulares em sala de aula, conforme a Lei 15.100/2023, e seus impactos no comportamento e desempenho dos estudantes. A pesquisa, de caráter exploratório e com abordagem quali-quantitativa, foi realizada por meio de um questionário online com os docentes da E.M.E.I.E.F. Professora Catarina de Sousa Maia. Objetivando, ainda, analisar a frequência do uso de celulares nas aulas, os recursos tecnológicos mais empregados, as percepções sobre melhorias no aprendizado após a proibição, a necessidade de regulamentação do uso e os desafios da integração tecnológica ao ensino. Os resultados indicam uma divisão entre os educadores: alguns reconhecem o potencial pedagógico dos celulares, enquanto outros expressam preocupações quanto à distração que eles podem gerar e à necessidade de uma regulamentação mais clara. A análise, fundamentada em teóricos como Moran (2015), Kenski (2012), Valente (1999), Demo (2009), entre outros, enfatiza a importância da formação continuada dos professores para que possam utilizar as tecnologias móveis de forma estratégica e eficaz. Sugerindo que políticas educacionais sejam desenvolvidas para equilibrar inovação tecnológica com aprendizagem significativa. A pesquisa conclui que a proibição total do uso de celulares pode não ser a solução mais eficaz. Em contrapartida, a regulamentação do uso, com diretrizes claras e atividades pedagógicas planejadas, pode otimizar o ambiente de aprendizado.

Palavras-chave: Lei 15.100/2023; Sala de aula; Formação docente; Tecnologia educacional.

ABSTRACT: This article examines the perceptions of teachers in the final years of elementary education and Youth and Adult Education (EJA) regarding the prohibition of mobile phone use in the classroom, as stipulated by Law 15.100/2023, and its impacts on student behavior and performance. The research, of an exploratory nature and employing a quali-quantitative approach, was conducted through an online questionnaire administered to educators at the E.M.E.I.E.F. Professora Catarina de Sousa Maia. Furthermore, it aims to analyze the frequency of mobile phone use during classes, the most commonly employed technological resources, perceptions regarding improvements in learning following the prohibition, the necessity of regulating their use, and the challenges of technological integration into teaching. The findings indicate a division among educators: some acknowledge the pedagogical potential of mobile phones, while others express concerns about the distraction they can generate and the need for clearer regulation. The analysis, grounded in theorists such as Moran (2015), Kenski (2012), Valente (1999), and Demo (2009), among others, emphasizes the importance of continuous professional development for teachers to strategically and effectively utilize mobile technologies. It suggests that educational policies should be developed to balance technological innovation with meaningful learning. The research concludes that a total ban on mobile phone use may not be the most effective solution. Conversely, the regulation of their use, with clear guidelines and planned pedagogical activities, can optimize the learning environment.

Keywords: Law 15.100/2023; Classroom; Teacher training; Educational technology.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais tem remodelado o ambiente educacional, desencadeando amplos debates sobre seus impactos na aprendizagem. A presença dos

dispositivos móveis em sala de aula, especialmente dos celulares, tem sido objeto de controvérsias, dividindo opiniões entre educadores e pesquisadores. De um lado, autores como Moran (2015) ressaltam que, quando mediada adequadamente, a tecnologia pode potencializar a aprendizagem, promovendo interatividade, autonomia e acesso a conteúdo diversificados. Por outro lado, pesquisas como as de Carr (2011) apontam que o uso indiscriminado de dispositivos móveis pode comprometer a atenção e a profundidade da compreensão leitora, afetando o desempenho acadêmico dos estudantes.

Nesse contexto, a Lei 15.100/2023, que proíbe o uso de celulares em sala de aula, foi implementada com o objetivo de minimizar a dispersão e aprimorar a concentração dos estudantes. Todavia, essa medida tem gerado questionamentos entre docentes, principalmente no que se refere à necessidade de reconfiguração das práticas pedagógicas para conciliar a tecnologia e o ensino de forma produtiva.

Isto posto, este estudo tem como objetivo geral analisar as percepções dos professores dos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos- EJA sobre a proibição do uso de celulares em sala de aula e seus impactos no comportamento e desempenho dos alunos.

Para atingir esse propósito, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos: compreender como os docentes percebem a influência dos celulares no ambiente escolar; identificar as principais mudanças comportamentais e acadêmicas dos discentes após a implementação da proibição; e investigar estratégias que poderiam viabilizar a utilização pedagógica dos celulares de maneira equilibrada e produtiva.

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, com a aplicação de um questionário on-line via Google Forms a professores dos anos finais do ensino fundamental e EJA. A escolha desse instrumento permitiu a obtenção de dados diretos sobre as percepções dos professores, abrangendo um maior número de participantes de forma ágil e eficiente.

Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), possibilitando a identificação de padrões e reflexões que contribuam para o debate sobre a regulamentação do uso da tecnologia em sala de aula.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os efeitos das políticas educacionais sobre o uso da tecnologia na escola, especialmente em um contexto no qual a digitalização da sociedade torna-se cada vez mais presente no cotidiano dos estudantes. Ao investigar as percepções dos docentes, este trabalho busca contribuir para um



debate mais fundamentado sobre o equilíbrio entre inovação tecnológica e aprendizado significativo, fornecendo subsídios para a formulação de diretrizes educacionais que promovam uma utilização pedagógica eficaz dos dispositivos móveis no ensino básico.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de abordagem quanti-qualitativa, visando compreender as percepções de docentes do Ensino Fundamental-anos finais e EJA da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Catarina de Sousa Maia acerca da proibição do uso de celulares em sala de aula.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado elaborado no Google Forms, permitindo alcançar os participantes de forma prática e eficiente. Tendo uma amostra composta por nove professores, que corresponde cinquenta por cento do total de professores, que atuam nos anos finais do ensino fundamental e EJA, os quais responderam a questões organizadas em categorias específicas: perfil sociodemográfico, abrangendo gênero, idade e tempo de experiência docente; frequência e formas de uso do celular em sala de aula, investigando quais recursos tecnológicos são mais utilizados no contexto escolar; percepção dos impactos no aprendizado, explorando a visão dos educadores sobre possíveis benefícios e desafios do uso dos dispositivos móveis no ensino; necessidade de regulamentação, examinando a opinião dos docentes sobre a legislação vigente e suas implicações para a prática pedagógica; e principais desafios enfrentados, considerando as dificuldades na implementação de políticas que equilibram tecnologia e ensino.

Segundo Gil (2010), a pesquisa social envolve um processo sistemático e rigoroso para entender os fenômenos sociais, empregando métodos e técnicas específicas para a coleta e análise de dados. Assim, o estudo embasa-se em revisão bibliográfica de autores que discutem, ampliando o arcabouço teórico necessário para a análise crítica dos resultados.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo identificar padrões e recorrências nas respostas dos participantes. Essa abordagem possibilitou uma interpretação aprofundada das percepções docentes, evidenciando tanto as potencialidades quanto as limitações do uso dos celulares no ambiente escolar.

Dessa forma, o estudo fornecer subsídios para reflexões mais embasadas sobre a relação entre tecnologia e aprendizagem, contribuindo para o aprimoramento das políticas

educacionais e para a construção de práticas pedagógicas inovadoras que integrem o uso consciente e produtivo dos dispositivos móveis no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a maioria dos docentes possui opinião dividida quanto à proibição do uso de celulares. Enquanto parte dos entrevistados acredita que a medida contribui para a melhoria da atenção e disciplina em sala, outros afirmam que o celular, quando bem utilizado, pode ser um recurso pedagógico valioso.

De acordo com Kenski (2012) a tecnologia deve ser integrada ao ensino de forma planejada, favorecendo o engajamento dos alunos e ampliando as possibilidades de aprendizagem.

Um aspecto relevante identificado na pesquisa é que muitos professores já utilizavam o celular como ferramenta pedagógica antes da proibição, especialmente para pesquisas como o uso de aplicativos educacionais e atividades interativas. Esse dado corrobora estudos que defendem a regulamentação do uso, em vez da proibição total, permitindo sua aplicação em contextos de aprendizagem específicos (BACICH; MORAN, 2018).

Por outro lado, alguns docentes relataram que, após a proibição, houve melhora na atenção e na participação dos alunos nas atividades. Isso reforça a visão de Carr (2011), que alerta para os impactos negativos do uso excessivo de telas na capacidade de concentração e reflexão crítica dos estudantes.

No que tange à formação docente, grande parte dos entrevistados considera essencial a capacitação continuada para o uso pedagógico das tecnologias móveis. Conforme Freire (1996) ressalta, “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Assim, preparar os professores para o uso consciente da tecnologia pode ser um caminho mais eficaz do que a simples proibição.

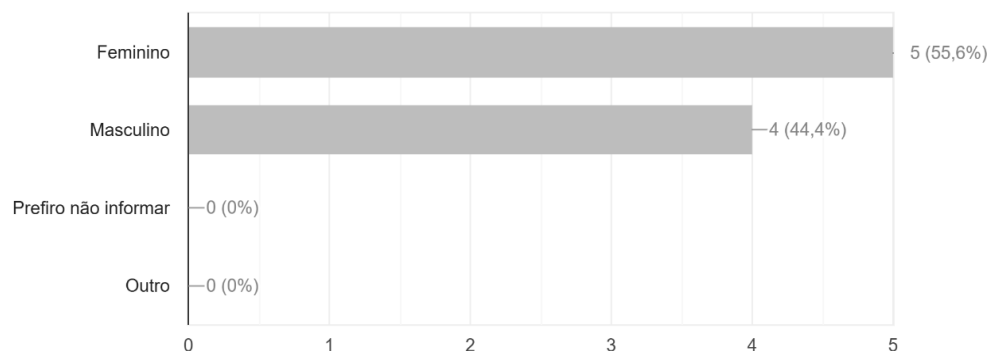
Ademais, os resultados desta pesquisa revelam aspectos significativos sobre as percepções dos professores dos anos finais Ensino Fundamental e EJA em relação a proibição do uso do celular em sala de aula, conforme demonstrados nos gráficos:



Gráficos 1, 2, 3 e 4 –

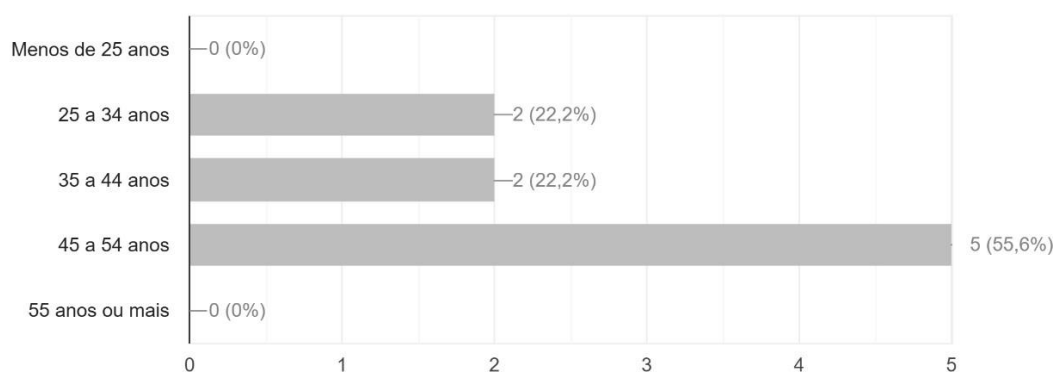
1º) Gênero:

0 / 9 respostas corretas



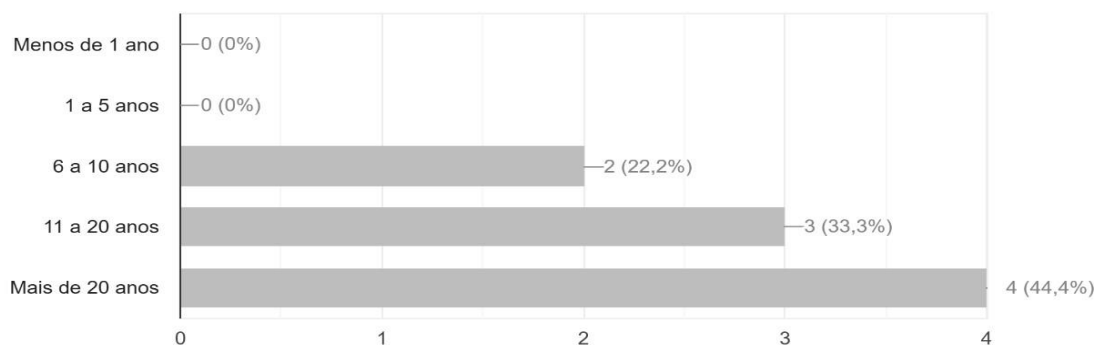
2º) Faixa etária:

0 / 9 respostas corretas



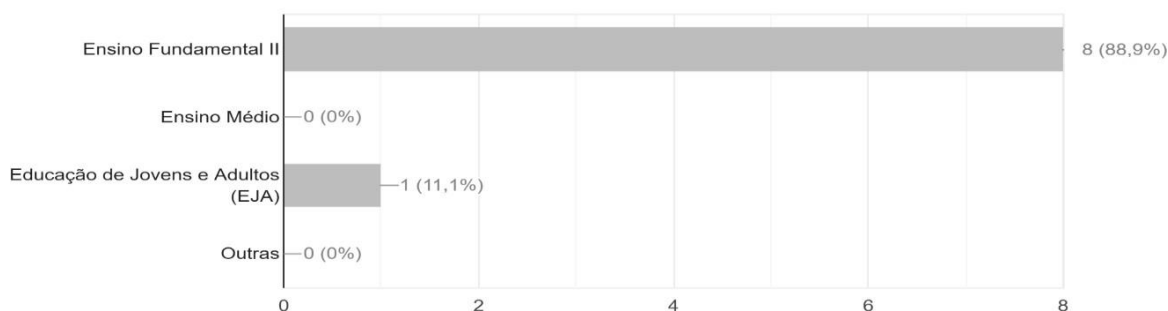
3º) Tempo de experiência como docente:

0 / 9 respostas corretas



4º) Modalidade de ensino em que atua:

0 / 9 respostas corretas



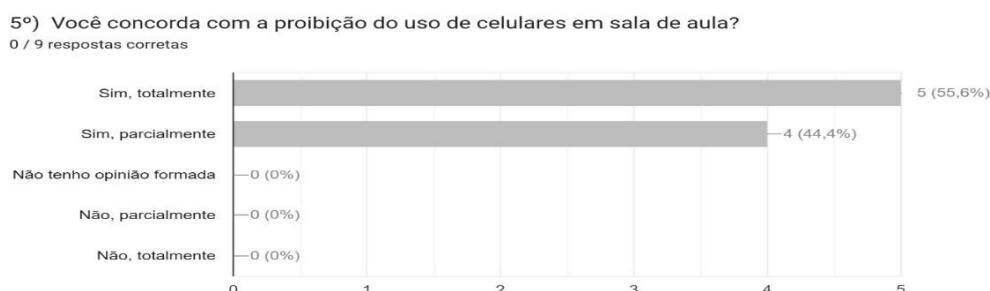
Fonte: Autora, 2025

Ao analisarmos o perfil dos participantes desta pesquisa, encontramos um grupo de profissionais notavelmente qualificado e experiente. A maioria dos docentes que responderam ao questionário é composta por mulheres, totalizando seis participantes, o que reflete a feminização da profissão docente, um fenômeno amplamente abordado na literatura educacional. A faixa etária predominante, entre 45 e 54 anos, com cinco participantes, sugere uma maturidade profissional que, associada aos três professores com mais de 20 anos de experiência, revela uma vivência rica e consolidada no ambiente escolar.

A longa trajetória na carreira docente nos leva a refletir sobre a capacidade de adaptação e resiliência desses educadores diante das constantes transformações no cenário educacional. As mudanças tecnológicas, em especial, têm exigido dos professores uma constante atualização e uma reconfiguração das suas práticas pedagógicas. Nesse contexto, a experiência acumulada por esse grupo pode ter favorecido o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre o impacto das novas tecnologias no ensino.

Consideramos que a análise das percepções desses docentes, com sua bagagem de experiência e reflexão, pode fornecer subsídios valiosos para a formulação de políticas educacionais que promovam uma integração consciente e eficaz das tecnologias no ambiente escolar, respeitando a pluralidade de contextos e necessidades pedagógicas.

Gráfico 5 -



Fonte: Autora, 2025

O gráfico 5 revela que 55,6% dos respondentes são totalmente favoráveis à proibição do uso de celulares em sala de aula, enquanto 44,4% concordam de forma parcial, sem registros de discordância. Esse cenário reflete a preocupação com as distrações tecnológicas, que podem afetar a concentração e o aprendizado dos estudantes.

Contudo, Moran (2015) e Kenski (2012) ressaltam que, quando utilizadas de forma estratégica, as tecnologias têm o potencial de enriquecer o processo educacional. A adesão parcial à proibição indica que muitos educadores reconhecem o valor pedagógico dos celulares, mas defendem uma regulamentação que permita seu uso de maneira equilibrada, em vez de uma exclusão total. Assim, a solução mais eficaz não seria a proibição absoluta, mas a implementação de políticas educacionais que promovam o uso responsável e inovador da tecnologia em sala de aula.

Gráfico 6 –



Fonte: Autora, 2025

No gráfico 6 percebemos que antes da proibição, 88,9% dos docentes utilizavam o celular ocasionalmente como ferramenta pedagógica, e 11,1% o usavam frequentemente. Nenhum afirmou não utilizá-lo, evidenciando o reconhecimento do potencial educativo do dispositivo.

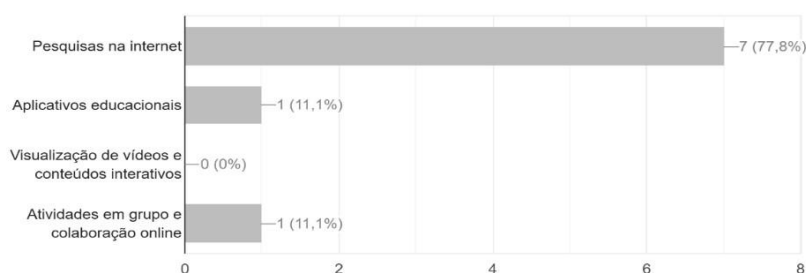
Autores como Moran (2015) e Kenski (2012) defendem que a tecnologia pode

enriquecer a aprendizagem, desde que integrada com planejamento e estratégias pedagógicas. A proibição, portanto, pode limitar oportunidades de ensino inovador, quando o ideal seria regulamentar e capacitar os educadores para um uso eficiente e direcionado do celular em sala de aula.

Gráfico 7 -

7º) Caso tenha respondido "sim" na questão anterior, quais eram os principais usos pedagógicos do celular em suas aulas? (Marque todas as opções que se aplicam)

0 / 9 respostas corretas



Fonte: Autora, 2025

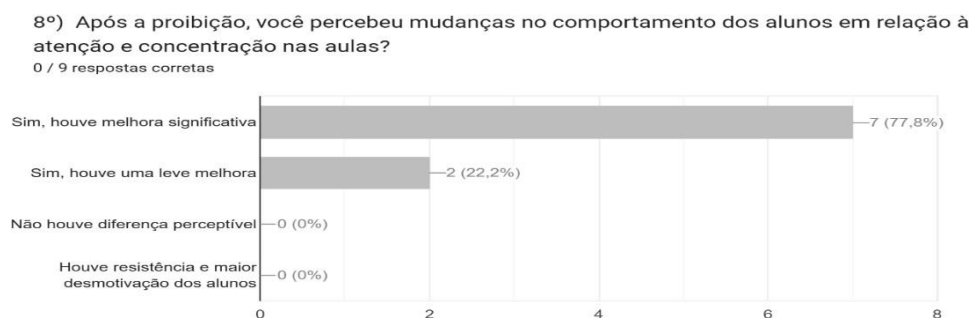
O gráfico 7 indica que a principal aplicação pedagógica do celular em sala de aula era para pesquisas na internet (77,8%), seguida por aplicativos educacionais (11,1%) e atividades em grupo e colaboração online (11,1%). Não houve registros de uso para visualização de vídeos e conteúdos interativos.

Moran (2013), aduz

"O uso pedagógico do celular exige um planejamento cuidadoso e uma mediação eficaz do professor, a fim de evitar a dispersão e garantir que a tecnologia seja utilizada de forma relevante para o aprendizado." (Moran, 2013, p. 45).

Desse modo, o celular pode ser um recurso útil para ampliar o acesso à informação, como apontam Moran (2013). Para tanto, o uso ainda é limitado a funções básicas, sugerindo a necessidade de maior formação docente para explorar seu potencial interativo e colaborativo na aprendizagem.

Gráfico 8 -



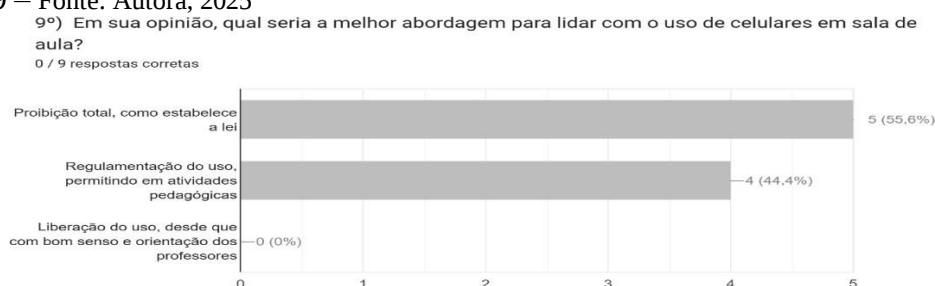
Fonte: Autora, 2025

Neste gráfico demonstra-se que a proibição implementada resultou em um impacto positivo significativo na atenção e concentração dos alunos durante as aulas. A vasta maioria dos respondentes (77,8%) relatou uma melhora substancial, com uma minoria (22,2%) indicando uma melhora leve. Notavelmente, não houve relatos de efeitos negativos, como resistência ou desmotivação.

A neurociência educacional, área que estuda a relação entre o cérebro e o aprendizado, oferece discernimentos relevantes para interpretar este gráfico. Autores como Mary Helen Immordino -Yang (2016) destacam a importância do bem-estar emocional no processo de aprendizagem. A proibição, ao eliminar um fator de distração ou ansiedade, pode ter contribuído para um ambiente emocional mais propício à concentração.

Esses resultados sugerem fortemente que a medida de proibição foi eficaz em otimizar o ambiente de aprendizado, eliminando possíveis distrações e promovendo um foco maior nos estudos. A ausência de efeitos colaterais negativos reforça a validade da proibição como uma estratégia benéfica para melhorar o desempenho dos alunos.

Gráfico 9 – Fonte: Autora, 2025



O gráfico 9 revela um intenso debate sobre o uso de celulares em sala de aula. A

maioria dos respondentes (55,6%) defende a proibição total, em conformidade com a legislação vigente, enquanto 44,4% acreditam na regulamentação para fins pedagógicos. A liberação irrestrita, por sua vez, é rejeitada por unanimidade.

Esses dados evidenciam a necessidade urgente de diretrizes claras e eficazes. Embora a proibição total seja vista como uma medida de controle, ela pode restringir o potencial pedagógico dos dispositivos móveis. Por outro lado, a regulamentação exige um planejamento cuidadoso, bem como a formação adequada dos docentes para que o uso da tecnologia ocorra de maneira estratégica e produtiva.

Lévy (1999, p. 17) escreve que:

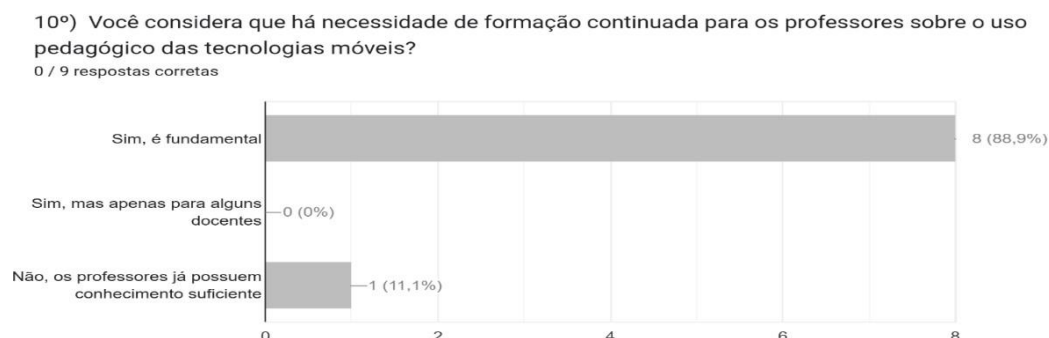
"A cibercultura expressa um novo modo de relacionamento com o saber, que se distancia da transmissão linear e hierarquizada do modelo tradicional. Nesse contexto, o celular, como dispositivo de acesso à internet, pode ampliar as possibilidades de pesquisa e construção do conhecimento."

Corroborando Gardner (2011), ao abordar as múltiplas formas de aprendizado, destaca que "a questão não é se devemos usar a tecnologia na educação, mas como podemos usá-la de forma inteligente e eficaz para atender às necessidades de todos os alunos." Essa perspectiva reforça a importância de um equilíbrio entre controle e inovação, permitindo que a tecnologia seja integrada ao ensino de maneira intencional e significativa".

Além disso, a teoria da carga cognitiva de John Sweller (1988) alerta para os riscos do excesso de estímulos, o que justifica a necessidade de regulamentação para evitar distrações. No entanto, a alfabetização midiática, defendida por Henry Jenkins (2009), aponta que, quando bem orientados, os discentes podem utilizar as tecnologias digitais para ampliar o pensamento crítico e a colaboração.

Diante desse cenário, uma abordagem equilibrada parece ser o caminho mais eficaz: regulamentar o uso dos celulares com foco em atividades pedagógicas, garantindo que a tecnologia sirva à aprendizagem e não se torne um fator de dispersão. Isso exige tanto um esforço institucional para capacitação docente quanto uma mudança na cultura escolar, promovendo o uso consciente e produtivo das tecnologias móveis.

Gráfico 10 -



Fonte: Autora, 2025

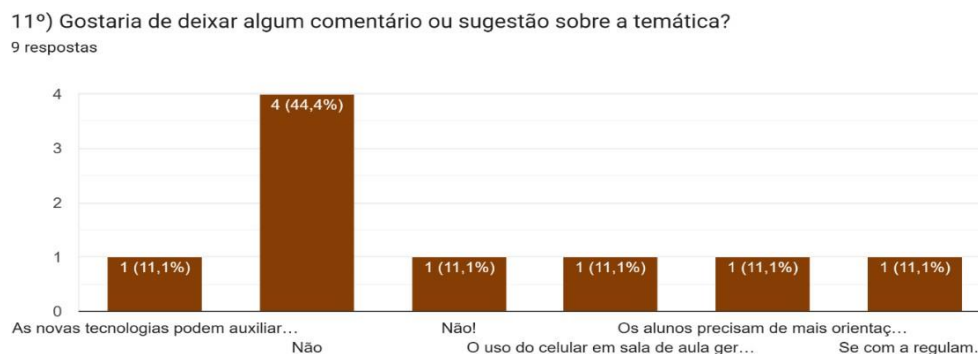
O gráfico 11 revela um consenso quase unânime: 88,9% dos respondentes consideram essencial a formação continuada dos professores para o uso pedagógico das tecnologias móveis. Esse dado não apenas evidencia a percepção generalizada da importância da capacitação docente, mas também reforça a necessidade urgente de políticas educacionais que promovam uma integração consciente e eficaz da tecnologia na educação.

Como defende Demo (2015), a tecnologia por si só não revoluciona a educação; é a formação crítica e reflexiva dos professores que possibilita seu uso transformador. Moran (2015) complementa essa visão ao argumentar que a tecnologia, quando aliada a metodologias inovadoras, pode enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, estimulando a autonomia e o protagonismo dos estudantes.

"A formação continuada dos professores é fundamental para que eles possam utilizar as tecnologias digitais de forma crítica e criativa, explorando todo o seu potencial pedagógico." (Valente, 1999, p. 82)

Dessa forma, a formação continuada surge como fundamental para superar a dicotomia entre o uso excessivo e a proibição das tecnologias móveis. Capacitar os professores para utilizar esses recursos de forma estratégica não apenas amplia as possibilidades didáticas, como também prepara os estudantes para uma sociedade cada vez mais digital e interconectada.

Gráfico 11-



Fonte: Autora, 2025

Este gráfico revela uma concentração de percepções sobre o uso de celulares em sala de aula, evidenciando tanto o potencial pedagógico quanto os desafios dessa ferramenta. A diversidade das respostas reflete o debate contemporâneo sobre o papel da tecnologia na educação, ressaltando que a questão central não é a mera presença ou ausência dos celulares, mas sim a forma como são integrados ao processo de ensino-aprendizagem.

Demo (2015) alerta que a tecnologia, por si só, não promove uma educação transformadora; é preciso que seja acompanhada de inovação pedagógica e desenvolvimento crítico. Nessa perspectiva, os dados revelam que a maioria (44,4%) pode estar associada a uma falta de diretrizes claras sobre o uso pedagógico dos celulares, enquanto outros respondentes expressam preocupações com a distração (11,1%), a necessidade de orientação (11,1%) e a complexidade da regulamentação (11,1%).

Moran (2015) argumenta que a tecnologia pode potencializar a aprendizagem quando mediada por metodologias ativas e estratégias bem estruturadas. Nesse sentido, uma regulamentação bem fundamentada sobre o uso dos celulares em sala de aula pode evitar a sobrecarga cognitiva e contribuir para um ambiente mais produtivo de aprendizagem.

Além disso, a necessidade de orientação, destacada por alguns inquiridos, ressalta a importância da alfabetização midiática, conceito defendido por Henry Jenkins (2009). A alfabetização midiática capacita os alunos a utilizar a tecnologia de forma crítica e reflexiva, convertendo os celulares de potenciais fontes de distração em ferramentas que favorecem a autonomia intelectual e a aprendizagem colaborativa.

Desse modo, os dados sugerem que a proibição total do uso dos celulares em sala de aula pode não ser a melhor abordagem. Em vez disso, é fundamental investir na formação docente e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras, conforme defendem

Demo e Moran, para que a tecnologia esteja a serviço da educação e não o contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este estudo, emergem reflexões primordiais sobre a complexa relação entre tecnologia e educação, especificamente no que tange ao uso de celulares em sala de aula. A Lei 15.100/2023, ao instituir a proibição, desencadeou um debate multifacetado, revelando a coexistência de percepções divergentes entre os docentes.

De um lado, a preocupação com a distração e a manutenção da disciplina ecoa a necessidade de preservar um ambiente propício à concentração e ao aprendizado. Todavia, a simples restrição, como evidenciado pelos resultados, não se revela como panaceia para os desafios educacionais contemporâneos. A tecnologia, intrinsecamente presente no cotidiano dos estudantes, clama por uma abordagem mais complexa e diferenciada.

A dualidade observada – a melhora na atenção contrastando com o reconhecimento do potencial pedagógico dos celulares – demanda uma reflexão profunda. Como sabiamente nos lembra Moran (2015), a tecnologia, quando mediada de forma crítica e criativa, pode transcender a mera ferramenta, tornando-se um catalisador para o engajamento e a construção do conhecimento.

Nesse contexto, a formação continuada dos docentes assume protagonismo. Kenski (2012) nos alerta para a necessidade de capacitar os educadores para além do uso técnico, instrumentalizando-os para a integração estratégica e significativa das tecnologias em suas práticas pedagógicas. A regulamentação, em detrimento da proibição total, emerge como alternativa promissora. Estabelecer diretrizes claras, que conciliem momentos de uso direcionado com a preservação do foco, permite-nos colher os frutos da tecnologia sem incorrer em seus malefícios.

Este estudo, portanto, almeja contribuir para a construção de políticas educacionais que fomentem um equilíbrio virtuoso entre inovação e aprendizado significativo. Acredita-se que a tecnologia, quando utilizada com sabedoria, pode impulsionar a educação para novos patamares.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a exploração de modelos híbridos de ensino, que integrem o uso consciente dos celulares, e a análise do impacto de programas de formação continuada para docentes. A tecnologia, afinal, não precisa ser um obstáculo, mas sim uma aliada poderosa na jornada do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CARR, Nicholas. **A Geração Superficial: O Que a Internet Está Fazendo com Nossos Cérebros**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

DEMO, P. (2009). **Educação e qualidade**. Papirus.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÉVY, P. (1999). **Cibercultura**. Editora 34.

KENSKI, V. M. (2012). **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Papirus.

_____, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, José. **Repensando a Educação no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2015

_____, J. M. (2013). **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Papirus.

PRENSKY, M. (2001). Nativos digitais, imigrantes digitais. *On the horizon*, 9(5), 1-6

VALENTE, J. A. (1999). **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor**. Cortez.

YANG, M. H. (2016). **Emoções, aprendizado e o cérebro: Explorando as implicações educacionais da neurociência afetiva**. WW Norton & Company.